



✂ Consertos e manutenções



🔔 Notificação ✕

Quebrou ou precisa instalar algo em casa?  
**20% OFF**



É pra quem precisa.  
É pra **todo mundo.**

Baixe o app e fale com seu Corretor.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower – Torre 1 – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

NOSSO DESEMPENHO

A Porto Serviço encerrou 2025 com uma receita de R\$ 2,6 bilhões (+2,1% vs. 2024). Ao longo do ano, observou-se uma redução no volume de atendimentos derivados da Parceria Porto, reflexo de uma menor severidade e de mudanças no mix da operação de Seguros. Por outro lado, o segmento de produtos digitais consolidou um crescimento de 72,7% no faturamento anual, impulsionado por um portfólio de serviços mais amplo quando comparado aos benefícios tradicionais das apólices de seguro, pelo lançamento de novos combos de serviços e pela intensificação das campanhas de mídia no final do ano.

Em 2025, atingimos lucro líquido de R\$ 220,6 milhões (+7,8% vs. 2024), EBITDA de R\$ 414,2 milhões (+0,8% vs. 2024), margem EBITDA de 16,2% (-0,2 p.p. vs. 2024) e o ROAE de 23,8% (+1,4 p.p.). A incorporação das empresas Porto Assistência e CDF pela Porto Serviço gerou um benefício fiscal de R\$ 30,0 milhões.

Mantemos o foco em estruturação e ampliação das parcerias e vendas de produtos digitais, buscando estender a prestação de serviços de reconhecida qualidade também a usuários que não somente os segurados da Companhia.

A Porto Serviço opera em três segmentos: Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e Produtos Digitais, contando com um amplo portfólio de serviços de mobilidade (como guincho, troca de pneus e outros) e para residências e empresas (como instalação e manutenção de eletrodomésticos e assistência de hidráulica e elétrica, dentre outros).

A Porto Serviço, através da Parceria Porto Seguro, oferta serviços para os clientes Porto, inclusive nas apólices de seguros. Enquanto a linha de Parcerias Estratégicas conta com serviços ofertados no modelo B2B2C, como por exemplo, assistência automotiva para clientes de montadoras, locadoras e seguradoras e serviços de instalação de eletrodomésticos, TVs e helpdesk para clientes de grandes varejistas do país, além de serviços para empresas de utilities, telecom e meio de pagamentos.

A Vertical tem ampliado a quantidade de parcerias estratégicas com clientes fora da Parceria Porto Seguro, com o objetivo de promover o aumento da diversificação dos ramos de atuação.

Já a linha de Produtos Digitais conta com serviços de assistência ofertados até para quem não é cliente Porto, no modelo B2C. Estamos intensificando as ações no segmento, visando expandir esta linha de negócio através de iniciativas com corretores e ofertas digitais em condomínios.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

**Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios**  
**Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera**

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

**1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social**  
Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

**2. Estratégia Climática e Circularidade**  
Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.

• Abastecer 100% da operação direta\* com energia renovável (\*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).

- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

**3. Produtos e Soluções Sustentáveis**  
Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

**4. Engajamento da Cadeia de Valor**  
Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação. A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária.

Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024			Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Circulante</b>		<b>725.336</b>	<b>17.071</b>	<b>757.146</b>	<b>640.752</b>	<b>Circulante</b>		<b>423.381</b>	<b>709</b>	<b>449.079</b>	<b>432.869</b>
Caixa e equivalentes de caixa						Obrigações a pagar	17	219.141	594	222.798	226.589
Aplicações financeiras	8	41.324	2.226	41.361	36.557	Passivos financeiros	18	84	–	16.541	222
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	19.497	1.540	19.626	11.292	Impostos e contribuições a recolher	11.2	45.535	115	48.559	36.099
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	44.539	–	44.643	–	Dividendos		–	–	2.910	–
Receíveis de prestação de serviços	10	471.374	–	493.716	449.740	Receitas diferidas	19	85.797	–	85.797	76.733
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	30.577	401	35.377	25.704	Passivo de arrendamento		2.509	–	2.813	2.868
Custos de aquisição diferidos	12	43.117	–	43.117	36.832	Outros passivos	20	70.315	–	72.571	87.448
Outros ativos	13	74.908	12.904	79.306	80.627	<b>Não circulante</b>		<b>225.925</b>	<b>2.184</b>	<b>226.691</b>	<b>47.947</b>
<b>Não circulante</b>		<b>959.003</b>	<b>1.069.121</b>	<b>953.657</b>	<b>1.017.967</b>	Receitas diferidas	19	9.217	–	9.217	13.578
Realizável a longo prazo						Provisões judiciais	21	24.412	–	24.637	25.500
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	–	53	Passivos financeiros	18	184.219	–	184.219	1.134
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	235.388	34.859	235.935	257.343	Outros passivos	20	8.077	2.184	8.618	7.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	48.340	–	48.666	42.621	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.035.033</b>	<b>1.083.299</b>	<b>1.035.033</b>	<b>1.177.903</b>
Custos de aquisição diferidos	12	4.100	–	4.100	6.600	Capital social	22 (a)	894.279	978.570	894.279	978.570
Depósitos judiciais		771	–	771	626	Reservas de capital		(548)	–	(548)	–
Outros ativos	13	23.110	–	23.110	47.447	Reservas de lucros	22 (b)	141.987	104.895	141.987	104.895
Investimentos						Outros resultados abrangentes		(685)	(166)	(685)	(166)
Participações em controladas	14	23.451	1.034.262	–	–	Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	94.604
Imobilizado	15	2.129	–	2.906	4.540						
Intangível	16	619.230	–	635.373	656.047						
Ativo de direito de uso		2.484	–	2.796	2.690						
<b>Total do ativo</b>		<b>1.684.339</b>	<b>1.086.192</b>	<b>1.710.803</b>	<b>1.658.719</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>1.684.339</b>	<b>1.086.192</b>	<b>1.710.803</b>	<b>1.658.719</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reservas acumuladas	Outros resultados abrangentes	Lucros	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>978.570</b>	–	–	<b>10.396</b>	<b>(246)</b>	–	<b>988.720</b>	<b>1.071.273</b>
Dividendos intermediários - exercício anterior		–	–	–	(8.000)	–	–	–	(8.000)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	–	–	4.199	–	–	<b>4.199</b>	–
Ações alienadas - controladas		–	–	–	(1.581)	–	–	<b>(1.581)</b>	–
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	–	–	80	–	<b>80</b>	–
Outros - controladas		–	–	–	(382)	–	–	<b>(382)</b>	–
Redução na participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	(33.886)	<b>(33.886)</b>
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	175.263	45.937	<b>221.200</b>
Destinações:									
Reserva legal		–	–	–	8.763	–	(8.763)	–	–
Reservas estatutárias		–	–	–	91.500	–	(91.500)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares		–	–	–	–	–	(75.000)	–	<b>(75.000)</b>
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>978.570</b>	–	–	<b>104.895</b>	<b>(166)</b>	–	<b>1.083.299</b>	<b>1.177.903</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	22 (c)	–	–	–	(91.500)	–	–	–	(91.500)
Recompra de ações de própria emissão - controladas	22 (e)	–	(130.690)	–	–	–	–	<b>(130.690)</b>	–
Transações de capital	1.1.1	46.399	–	(20.411)	38.134	–	–	<b>64.122</b>	–
Redução de capital	22 (e)	(130.690)	130.690	19.863	–	–	–	<b>19.863</b>	–
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	22 (d)	–	–	–	11.488	–	–	<b>11.488</b>	–
Ações alienadas - controladas	22 (d)	–	–	–	(5.443)	–	–	<b>(5.443)</b>	–
Ganhos e perdas atuariais		–	–	–	–	(604)	–	<b>(604)</b>	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(37)	85	–	<b>48</b>	–
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	(94.604)	<b>(94.604)</b>
Lucro líquido do período		–	–	–	–	–	226.540	–	<b>226.540</b>
Destinações:									
Reserva legal		–	–	–	11.327	–	(11.327)	–	–
Reservas estatutárias		–	–	–	73.123	–	(73.123)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares	22 (c)	–	–	–	–	–	(142.090)	–	<b>(142.090)</b>
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>894.279</b>	–	–	<b>(548)</b>	<b>141.987</b>	–	<b>1.035.033</b>	<b>1.035.033</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Receitas</b>					
Receita de prestação de serviços	23	397.017	–	2.312.941	2.265.091
Equivalência patrimonial	14	<u>172.277</u>	<u>205.913</u>	–	–
<b>Total das receitas</b>		<b>569.294</b>	<b>205.913</b>	<b>2.312.941</b>	<b>2.265.091</b>
<b>Despesas</b>					
Custos de aquisição	24	(33.658)	–	(208.272)	(239.119)
Despesa administrativa	25	(50.385)	(453)	(300.301)	(330.719)
Despesa com tributos		(49)	–	(201)	(692)
Custo dos serviços prestados	26	(236.118)	–	(1.395.760)	(1.268.294)
Outras despesas operacionais	27	<u>(27.842)</u>	<u>(32.525)</u>	<u>(34.885)</u>	<u>(54.355)</u>
<b>Total das despesas</b>		<b>(348.052)</b>	<b>(32.978)</b>	<b>(1.939.419)</b>	<b>(1.893.179)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>221.242</b>	<b>172.935</b>	<b>373.522</b>	<b>371.912</b>
Receita financeira	28	12.458	5.086	39.776	34.804
Despesa financeira	29	(9.835)	(1.828)	(32.602)	(38.871)
<b>Lucro operacional</b>		<b>223.865</b>	<b>176.193</b>	<b>380.696</b>	<b>367.845</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>223.865</b>	<b>176.193</b>	<b>380.696</b>	<b>367.845</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	11.4	<b>2.675</b>	<b>(930)</b>	<b>(116.895)</b>	<b>(146.645)</b>
Corrente		(15.897)	(930)	(121.797)	(123.862)
Diferido		<u>18.572</u>	–	<u>4.902</u>	<u>(22.783)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>226.540</b>	<b>175.263</b>	<b>263.801</b>	<b>221.200</b>
<b>Atribuível a:</b>					
- Acionistas da Companhia		226.540	175.263	226.540	175.263
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	37.261	45.937
<b>Resultado por ação</b>					
- Básico e diluído	32	0,2261	0,1791	0,2633	0,2260

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>226.540</b>	<b>175.263</b>	<b>263.801</b>	<b>221.200</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(519)</b>	<b>80</b>	<b>(519)</b>	<b>80</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:</b>				
Ganhos e perdas atuariais	(1.007)	133	(1.007)	133
Efeitos tributários	403	(53)	403	(53)
Ajustes de avaliação patrimonial	142	–	142	–
Efeitos tributários	(57)	–	(57)	–
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários</b>	<b>226.021</b>	<b>175.343</b>	<b>263.282</b>	<b>221.280</b>
<b>Atribuível a:</b>				
- Acionistas da Companhia	226.021	175.343	226.021	175.343
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	37.261	45.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower – Torre 1 – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



→ continuação

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b> .....	<b>788.923</b>	<b>(5.071)</b>	<b>109.824</b>	<b>219.721</b>
<b>Caixa gerado nas operações</b> .....	<b>110.966</b>	<b>1.875</b>	<b>328.070</b>	<b>333.755</b>
Lucro líquido do exercício .....	226.540	175.263	263.801	221.200
Equivalência patrimonial.....	(172.277)	(205.913)	—	—
Perda por redução ao valor recuperável .....	(191)	—	872	17.869
Depreciações e amortizações .....	32.482	32.525	58.415	85.978
Provisões judiciais .....	24.412	—	4.982	8.708
<b>Variação nos ativos e passivos</b> .....	<b>683.975</b>	<b>(4.798)</b>	<b>(35.963)</b>	<b>71.122</b>
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado .....	(17.957)	(1.540)	(8.281)	102.441
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado .....	(245.068)	(34.859)	(23.235)	(201.613)
Receíveis de prestação de serviços ..	(471.183)	—	(44.848)	(96.275)
Impostos e contribuições a recuperar ..	(30.176)	(401)	(9.673)	(9.588)
Custos de aquisição diferidos .....	(47.217)	—	(3.785)	(10.740)
Outros ativos .....	932.278	29.193	25.658	35.661
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	(48.340)	—	(6.045)	22.500
Depósitos judiciais .....	(771)	—	(145)	103
Ativo de direito de uso .....	(2.484)	—	(106)	(704)
Obrigações a pagar .....	218.547	(1.770)	(3.791)	50.003
Passivos financeiros .....	184.303	1.828	6.637	17.895
Impostos e contribuições a recolher ....	51.438	435	99.970	87.701
Receitas diferidas .....	95.014	—	4.703	23.130
Passivo de arrendamento .....	2.509	—	(55)	708
Provisões judiciais .....	—	—	(5.845)	(1.997)
Outros passivos .....	63.082	2.316	(64.212)	51.897
<b>Outros</b> .....	<b>(6.018)</b>	<b>(2.148)</b>	<b>(182.283)</b>	<b>(185.156)</b>
Juros sobre captação de recursos pagos	—	(1.828)	—	(67.044)
Outros resultados abrangentes .....	—	—	37.092	80
Participação dos acionistas não controladores .....	—	—	(131.865)	(33.886)
Imposto de renda e contribuição pagos	(6.018)	(320)	(87.510)	(84.306)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b> .....	<b>(488.145)</b>	<b>107.468</b>	<b>(36.107)</b>	<b>(21.394)</b>
Dividendos recebidos .....	165.696	139.993	—	—
Aquisição de imobilizado e intangível ..	(17.948)	—	(17.948)	(19.634)
Alienação/Incorporação de imobilizado e intangível .....	(635.893)	(32.525)	(18.159)	(1.760)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b> .....	<b>(261.680)</b>	<b>(100.171)</b>	<b>(68.913)</b>	<b>(218.933)</b>
Dividendos pagos .....	(261.680)	(85.671)	(261.680)	(85.671)
Captação de empréstimos e arrendamentos .....	—	—	196.206	167.000
Pagamento de empréstimos arrendamentos (exceto juros) .....	—	(14.500)	(3.439)	(300.262)
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b> .....	<b>39.098</b>	<b>2.226</b>	<b>4.804</b>	<b>(20.606)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa .....	2.226	—	36.557	57.163
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa .....	41.324	2.226	41.361	36.557

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Receitas</b> .....	<b>438.505</b>	<b>—</b>	<b>2.561.723</b>	<b>2.491.820</b>
Receita de prestação de serviços ...	438.314	—	2.562.595	2.509.689
Perda por redução ao valor recuperável .....	191	—	(872)	(17.869)
<b>Receita operacional</b> .....	<b>438.505</b>	<b>—</b>	<b>2.561.723</b>	<b>2.491.820</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b> ...	<b>(286.271)</b>	<b>(453)</b>	<b>(1.725.438)</b>	<b>(1.637.248)</b>
Materiais, energia e outros .....	(2.207)	—	(131.636)	(177.366)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos) .....	(236.118)	—	(1.395.760)	(1.268.294)
Serviços de terceiros e comissões ..	(47.946)	(453)	(198.029)	(191.809)
(Perda)/recuperação de valores ativos .....	—	—	(12)	221
<b>Valor adicionado bruto</b> .....	<b>152.235</b>	<b>(453)</b>	<b>836.285</b>	<b>854.572</b>
<b>Depreciação e amortização</b> .....	<b>(32.482)</b>	<b>(32.525)</b>	<b>(58.415)</b>	<b>(85.978)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b> .....	<b>119.752</b>	<b>(32.978)</b>	<b>777.870</b>	<b>768.594</b>
<b>Valor adicionado recebido/cedido em transferência</b> .....	<b>175.521</b>	<b>209.419</b>	<b>9.272</b>	<b>(2.298)</b>
Resultado financeiro .....	13.066	5.334	41.800	36.520
Equivalência patrimonial .....	172.277	205.913	—	—
Outras .....	(9.822)	(1.828)	(32.528)	(38.818)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b> ..	<b>295.273</b>	<b>176.441</b>	<b>787.143</b>	<b>766.296</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b> .....	<b>295.273</b>	<b>176.441</b>	<b>787.143</b>	<b>766.296</b>
<b>Pessoal</b> .....	<b>25.782</b>	<b>—</b>	<b>135.495</b>	<b>136.005</b>
Remuneração direta .....	10.438	—	52.487	55.862
Benefícios .....	14.724	—	79.772	75.528
F.G.T.S. ....	620	—	3.235	4.615
<b>Impostos, taxas e contribuições</b> ....	<b>42.838</b>	<b>1.178</b>	<b>387.474</b>	<b>408.599</b>
Federais .....	38.011	1.178	358.292	379.410
Estaduais .....	—	—	36	158
Municipais .....	4.827	—	29.145	29.031
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b> .....	<b>113</b>	<b>—</b>	<b>374</b>	<b>492</b>
Juros .....	13	—	74	54
Aluguéis .....	100	—	300	438
<b>Remuneração de capitais próprios</b> ..	<b>226.540</b>	<b>175.263</b>	<b>263.801</b>	<b>221.200</b>
Lucros retidos do exercício .....	226.540	100.263	226.540	100.263
Participação dos não controladores nos lucros retidos .....	—	—	37.261	45.937

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, mas sem ações em circulação no mercado, sediada na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, conjuntos 501 a 516, Edifício West Tower, Torre 1, Barueri/SP. Tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades ou entidades; (ii) a compra e venda de participações societárias em entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral, no Brasil ou exterior; e (iii) a prestação de serviços de assistências e outros serviços, de qualquer natureza, bem como atividades relacionadas, acessórias e/ou complementares a qualquer das atividades descritas em seu objeto social; (IV) entre outras.

A Porto Serviço S.A., constituída em 12 de julho de 2023, integra o Grupo Porto que divide sua atuação em cinco verticais: Seguros, Saúde, Financeira, Serviços e Outros Negócios. A Companhia está inserida na vertical Serviços. Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A".

A Companhia possui as seguintes participações:

			Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Classificação	Consolidação	Participação (%)		Participação (%)	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Porto Assistência						
Participações (i) .....	Controlada	Integral	–	–	81,6	–
Unigás .....	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
CDF (i) .....	Controlada	Integral	–	–	0,0	81,6

(i) Vide nota explicativa 1.1

As características da empresa está demonstradas abaixo:

1. Unigás Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

**1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO**

**1.1.1 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA - INCORPORAÇÃO CONTROLADAS**

Em 31 de outubro de 2025, conforme informado nos fatos relevantes de 09 de outubro de 2025 e de 31 de outubro de 2025, a Porto Serviço incorporou suas controladas CDF e Porto Assistência Participações. O objetivo foi simplificar a estrutura e integrar as atividades de assistência.

A operação resultou em um aumento de capital de R\$ 46.399 para a Porto Serviço e na emissão de 140.531.050 de novas ações e em um impacto de R\$ 17.723 em reservas (capital e lucros) decorrente da absorção da participação (18,4%) em que a Companhia não detinha o controle anterior à transação.

As novas ações emitidas pela Companhia foram atribuídas aos acionistas da Porto Assistência Participações em substituição às ações da Porto Assistência Participações, que foram extintas em decorrência dessa incorporação, observada a relação de substituição e demais regras previstas no Protocolo e Justificação da Incorporação enviado à CVM em 09 de outubro de 2025. As novas ações emitidas pela Companhia foram integralizadas mediante a versão do patrimônio líquido das sociedades incorporadas.

Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência Participações			
	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
<b>Ativo</b> .....	<b>38.830</b>	<b>Circulante</b> .....	<b>24.122</b>
Caixa e equivalentes de caixa ....	465	Obrigações a pagar .....	14.749
		Impostos e contribuições a recolher .....	2.851
Aplicações financeiras .....			
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado .....	180	Receitas diferidas .....	4.902
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado .....	1.026	Outros passivos .....	1.620
Receíveis de prestação de serviços .....	33.791		
Impostos e contribuições a recuperar .....	3.235	<b>Não circulante</b> .....	<b>179.665</b>
Outros ativos .....	133	Passivos financeiros .....	179.160
		Outros passivos .....	505
<b>Não circulante</b> .....	<b>539.295</b>	<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>374.338</b>
Realizável a longo prazo .....		Capital social .....	87.430
Aplicações financeiras .....			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado .....	4.337	Reservas de capital .....	33.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos ....	888	Reservas de lucros .....	48.841
Outros ativos .....	28	Outros resultados abrangentes ..	(1.998)
Investimentos .....		Lucros acumulados .....	206.739
Participações em controladas ...	534.042		
<b>Total do ativo</b> .....	<b>578.125</b>	<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b> .....	<b>578.125</b>

CDF			
	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
<b>Ativo</b> .....	<b>579.760</b>	<b>Circulante</b> .....	<b>327.888</b>
Caixa e equivalentes de caixa ....	13.760	Obrigações a pagar .....	171.042
Aplicações financeiras .....		Passivos financeiros .....	84
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado .....	10.189	Impostos e contribuições a recolher .....	43.514
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado .....	57.446	Receitas diferidas .....	78.627
Receíveis de prestação de serviços .....	373.763	Outros passivos .....	34.621
Impostos e contribuições a recuperar .....	25.889		
Custos de aquisição diferidos .....	40.958	<b>Não circulante</b> .....	<b>46.597</b>
Outros ativos .....	57.755	Receitas diferidas .....	8.785
		Provisões judiciais .....	30.628
<b>Não circulante</b> .....	<b>328.767</b>	Passivos financeiros .....	643
Realizável a longo prazo .....		Outros passivos .....	6.541
Aplicações financeiras .....			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado .....	242.846	<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>534.042</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ....	30.624	Capital social .....	338.451
Custos de aquisição diferidos .....	4.221	Reservas de capital .....	8.601
Depósitos judiciais .....	7.858	Reservas de lucros .....	21.184
Outros ativos .....	18.836	Outros resultados abrangentes ..	(133)
Imobilizado .....	2.212	Lucros acumulados .....	165.939
Intangível .....	22.170		
<b>Total do ativo</b> .....	<b>908.527</b>	<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b> .....	<b>908.527</b>

Os saldos relacionados à participações em controladas e patrimônio líquido não foram incorporados em suas respectivas rubricas, uma vez que já estavam registrados pelo método de equivalência patrimonial na Porto Serviço.

Os saldos das empresas adquiridas foram integrados aos da controladora. Por esse motivo, algumas notas explicativas não apresentam base comparativa em relação ao exercício anterior.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2026.

**2.2 CONTINUIDADE**

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

**2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO**

**(a) CONTROLADAS**

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

**(b) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS**

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO**

A Companhia e suas controladas atuam em um único segmento operacional de prestação de serviços, com foco na prestação de serviços de assistência automotiva e residencial, bem como na prestação de serviços de suporte tecnológico. Os serviços de assistência automotiva incluem a prestação de serviços de guincho/remoção, carga de bateria, chaveiro automotivo, carro reserva, troca de pneu, assistência passageiro, entre outros.

Os serviços de assistência residencial, por sua vez, incluem serviços emergenciais de reparo e manutenção domiciliar, como encanador, eletricista, chaveiro, telhadista, dentre outros. Além disso, também estão compreendidos como serviços de assistência residencial os serviços não emergenciais prestados na instalação de produtos eletroeletrônicos, como aparelhos de áudio e vídeo, instalação de produtos de linha branca, impermeabilização de estofados, instalação e assistência técnica relacionadas a sistemas de aquecimento a gás (principalmente em função da aquisição da Unigás), entre outros.

Por fim, os serviços de suporte tecnológico estão relacionados à manutenção, configuração, instalação e outros serviços de tecnologia da informação, em computadores, celulares, tablets, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico. Os serviços englobam todo tipo de suporte relacionado a tecnologia para consumidores finais, incluindo tanto suporte com questões de "software" (por exemplo, dúvidas com programas de computador, aplicativos de celular, serviços na nuvem, etc.) como "hardware" (como computadores, notebooks, roteadores, smartphones, etc.).

**2.6 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

**2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA**

**2026 - ALTERAÇÕES DA IFRS9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40**

As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas:

- i - data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge.
- ii - divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026.

**2026 - CBPS n°s 01 e 02/IFRS S1 e S2**

A CVM publicou as Resoluções n°s 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS n°s 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2026.



Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower – Torre 1 – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**  
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) **MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO**  
Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

(b) **DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS**  
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”) - RECEBÍVEIS

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

(b) **ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA**

O ágio decorrente de combinações de negócios representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O ágio possui vida útil indefinida e não está sujeito à amortização, sendo testado anualmente para verificação de “impairment”, ou com maior frequência se houver indícios de desvalorização. O teste baseia-se em premissas econômicas e operacionais fundamentadas pela Administração para estimar fluxos de caixa futuros descontados.

(c) **INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA**

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade,

e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (iii) da realização dos tributos diferidos; e
- (iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 98,0% (95,8% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AAA” e “AA” de créditos privados. Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada “impaired”.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental – incluindo o uso excessivo de recursos naturais – e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade – reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à vertical de serviços. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (i) .....	35.861	2.014	35.861	14.868
Depósitos bancários .....	5.463	212	5.500	21.689
	<b>41.324</b>	<b>2.226</b>	<b>41.361</b>	<b>36.557</b>

(i) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Fundos exclusivos</b>				
Cotas de fundos de investimentos..	5.577	852	5.706	6.263
Debêntures - privadas .....	265	572	265	4.226
Letras financeiras - privadas .....	136	104	136	766
LFTs .....	13.519	–	13.519	–
CDBs .....	–	12	–	90
<b>Total .....</b>	<b>19.497</b>	<b>1.540</b>	<b>19.626</b>	<b>11.345</b>
Circulante .....	19.497	1.540	19.626	11.292
Não circulante.....	–	–	–	53

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos .....	19.225	401	19.626	11.345
<b>Total .....</b>	<b>19.225</b>	<b>401</b>	<b>19.626</b>	<b>11.345</b>
Circulante .....			19.626	11.292
Não circulante.....			–	53





Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower – Torre 1 – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Fundos exclusivos</b>				
LTNs .....	201.903	12.830	202.372	94.720
NTNs - B .....	78.019	22.029	78.201	162.623
Debêntures .....	5	–	5	–
<b>Total .....</b>	<b>279.927</b>	<b>34.859</b>	<b>280.578</b>	<b>257.343</b>
Circulante .....	44.539	–	44.643	–
Não circulante.....	235.388	34.859	235.935	257.343

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 277.299 (R\$ 244.811 em 31 de dezembro de 2024).

9.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial.....</b>	<b>36.399</b>	<b>–</b>	<b>268.688</b>	<b>169.515</b>
Incorporação .....	325.381	–	–	–
Aplicações .....	287.463	89.236	1.740.718	2.372.641
Resgates .....	(356.517)	(58.171)	(1.740.883)	(2.302.963)
Rendimentos .....	6.698	5.334	31.681	29.495
<b>Saldo final .....</b>	<b>299.424</b>	<b>36.399</b>	<b>300.204</b>	<b>268.688</b>

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS - CONSOLIDADO

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa.....	14,88	12,13
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTN .....	13,42	12,77
NTNs B - IPCA .....	6,23	5,76
Debêntures (DI+).....	1,77	1,92

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
Notas fiscais de prestação de serviço.....	408.695	409.033	356.554	
Valores a receber de parceiros varejistas.....	109.529	109.529	118.629	
<b>.....</b>	<b>518.224</b>	<b>540.904</b>	<b>484.842</b>	
Perda por redução ao valor recuperável .....				
dos ativos .....	(46.850)	(47.188)	(35.102)	
<b>.....</b>	<b>471.374</b>	<b>493.716</b>	<b>449.740</b>	

10.1 RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
A vencer .....	452.285	473.481	345.147	
Vencidos de 1 a 30 dias .....	15.752	15.864	60.139	
Vencidos de 31 a 60 dias .....	3.157	3.509	28.922	
Vencidos de 61 a 90 dias .....	180	862	15.153	
Vencidos de 91 a 120 dias .....	–	–	166	
Vencidos 121 a 180 dias .....	–	–	70	
Vencidos 181 a 365 dias .....	–	–	143	
<b>.....</b>	<b>471.374</b>	<b>493.716</b>	<b>449.740</b>	

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ.....	15.035	401	15.664	11.551
PIS e COFINS .....	9.400	–	11.037	6.734
CSLL.....	1.960	–	2.203	3.237
ISS.....	1.272	–	1.617	1.272
Outros.....	2.910	–	4.856	2.910
<b>Total .....</b>	<b>30.577</b>	<b>401</b>	<b>35.377</b>	<b>25.704</b>

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS .....	22.452	17	22.752	19.341
INSS e FGTS .....	6.805	–	8.124	4.202
ISS.....	5.608	–	7.364	5.109
IRPJ.....	6.816	72	6.816	4.424
CSLL.....	2.661	26	2.661	1.918
IRRF.....	1.092	–	723	–
Outros.....	101	–	119	1.105
<b>.....</b>	<b>45.535</b>	<b>115</b>	<b>48.559</b>	<b>36.099</b>
Circulante .....	45.535	115	48.559	36.099

11.3 IMPOSTO DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa .....	15.882	2.622	(18.504)	–
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:.....</b>				
Provisão para riscos de créditos ...	8.323	11.512	(18.701)	1.134
Provisão de participação de lucros .....	7.005	33.624	(25.545)	15.084
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas .....	7.297	14.276	(13.852)	7.721
Provisão para obrigações legais ...	358	1.965	(1.913)	410
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros .....	–	2.075	(2.053)	22
IRPJ e CSLL sobre amortização de mais valia.....	–	32.928	(4.249)	28.679
Outras provisões .....	8.439	11.680	(16.544)	3.575
<b>.....</b>	<b>47.304</b>	<b>110.682</b>	<b>(101.361)</b>	<b>56.625</b>
Compensação de ativo/passivo diferido (i).....	(4.683)	–	–	(7.959)
<b>.....</b>	<b>42.621</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>48.666</b>

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	em diante	Total
Saldo a ser realizado em...	20.029	3.725	2.855	169	152	126	112	–	29.457	<b>56.625</b>

11.4 CONCILIAÇÃO DE DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A).....	223.865	176.193
Alíquota vigente.....	34 %	34 %
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B).....</b>	<b>(76.114)</b>	<b>(59.906)</b>
Equivalência patrimonial.....	58.574	70.011
Despesas permanentes sobre amortização de mais valia.....	23.327	–
Doações/incentivos .....	438	–
Participação nos lucros - administradores.....	(2.866)	–
Outros .....	(684)	(11.035)
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....</b>	<b>78.789</b>	<b>58.976</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C) .....</b>	<b>2.675</b>	<b>(930)</b>
<b>Taxa efetiva (D/A).....</b>	<b>-1,2 %</b>	<b>0,5 %</b>

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A).....	380.696	367.845
Alíquota vigente.....	34 %	34 %
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B).....</b>	<b>(129.437)</b>	<b>(125.067)</b>
Despesas permanentes sobre amortização de mais valia.....	23.327	–
Doações/incentivos .....	3.869	1.496
Participação nos lucros - administradores.....	(12.074)	(9.116)
Outros .....	(2.580)	(13.958)
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....</b>	<b>12.542</b>	<b>(21.578)</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C) .....</b>	<b>(116.895)</b>	<b>(146.645)</b>
<b>Taxa efetiva (D/A).....</b>	<b>-30,7 %</b>	<b>-39,9 %</b>

14. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Incorporação Porto Assistência	Dividendos	Amortização	Remuneração/ Recompra de ações (i)	Outros (ii)	Dezembro de 2025
Porto Assistência Participações .....	402.061	169.478	(309.835)	(152.792)	–	(129.866)	20.954	–
Combinação de negócios - Porto Assistência Participações .....	610.003	–	(585.050)	–	(24.953)	–	–	–
Unigás .....	4.655	2.799	–	–	–	–	(146)	7.308
Combinação de negócios - Unigás.....	17.543	–	–	–	(1.400)	–	–	16.143
<b>.....</b>	<b>1.034.262</b>	<b>172.277</b>	<b>(894.885)</b>	<b>(152.792)</b>	<b>(26.353)</b>	<b>(129.866)</b>	<b>20.808</b>	<b>23.451</b>

(i) Desse montante R\$130.690 refere-se a recompra de ações (vide nota explicativa nº 22 (e)).  
(ii) Refere-se, principalmente, à alteração na participação societária na Porto Assistência Participações, após o cancelamento das ações em tesouraria (vide nota explicativa nº 22 (e)).

14.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
CDF S.A.....	–	–	1.734.945	205.939
Porto Assistência Participações (iii) .....	–	–	144.022	800
Unigás .....	33.772	26.464	64.275	2.799
Participação de não controladores.....	–	–	–	(37.261)
<b>.....</b>	<b>33.772</b>	<b>26.464</b>	<b>1.943.242</b>	<b>172.277</b>

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2025
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período
CDF Ltda (ii) .....	–	–	906.670	123.139
CDF S.A.....	909.167	447.125	898.170	61.022
Porto Assistência (ii).....	–	–	320.106	43.214
Porto Assistência Participações (iii) .....	556.513	42.363	105.516	22.282
Unigás .....	13.356	8.738	64.346	2.193
Participação de não controladores.....	–	–	–	(45.937)
<b>.....</b>	<b>1.479.036</b>	<b>498.226</b>	<b>2.294.808</b>	<b>205.913</b>

(i) Considera as receitas operacionais e financeiras.  
(ii) Resultado da controlada até 29 de fevereiro de 2024, antes da incorporação relativo a Porto Assistência e 31 de agosto de 2024 relativo CDF Ltda.  
(iii) Desconsidera o resultado de equivalência patrimonial.

	Dezembro de 2025			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software".....	6,67 a 20,0	35.634	(14.483)	21.151
Contratos "sign" bônus .....	–	129.702	(126.559)	3.143
Outros Intangíveis .....	–	20.547	(5.944)	14.603
<b>Intangíveis.....</b>	<b>–</b>	<b>185.883</b>	<b>(146.986)</b>	<b>38.897</b>
Contratos de parceria - Mais valia.....	–	100.491	(62.243)	38.248
"Software".....	–	7.226	(3.468)	3.758
Ágio .....	–	538.327	–	538.327
<b>Combinações de negócios - CDF (*).....</b>	<b>–</b>	<b>646.044</b>	<b>(65.711)</b>	<b>580.333</b>
Ágio .....	–	3.776	–	3.776
Contratos de Parceria - Mais Valia .....	–	15.400	(3.033)	12.367
<b>Combinações de negócios - Unigás.....</b>	<b>–</b>	<b>19.176</b>	<b>(3.033)</b>	<b>16.143</b>
<b>.....</b>	<b>–</b>	<b>851.103</b>	<b>(215.730)</b>	<b>635.373</b>

(\*) Refere-se ao saldo do PPA (Purchase Price Allocation) da combinação de negócios realizada em setembro de 2022 entre Porto e CDF.

16.2 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Controladora			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Incorporação	Despesa de amortização
"Software".....	–	17.948	7.582	(621)
Contratos "sign" bônus - CDF .....	–	–	3.429	(286)
Contratos de parceria - Mais valia.....	–	–	42.821	(4.573)
Ágio .....	–	–	538.327	–
Outros Intangíveis .....	–	–	14.916	(313)
<b>.....</b>	<b>–</b>	<b>17.948</b>	<b>607.075</b>	<b>(5.793)</b>
<b>Consolidado</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
	Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Despesa de amortização	Incorporação
Contratos "sign" bônus .....	23.963	–	(20.820)	–
"Software".....	4.538	17.948	(2.340)	1.005
Outros Intangíveis .....	–	–	–	14.603
<b>Intangíveis.....</b>	<b>28.501</b>	<b>17.948</b>	<b>(23.160)</b>	<b>15.608</b>
Ágio .....	538.327	–	–	–
Contratos de parceria - Mais valia.....	66.473	–	(28.225)	–
"Software".....	5.203	–	(1.445)	–
<b>Combinações de negócios - CDF .....</b>	<b>610.003</b>	<b>–</b>	<b>(29.670)</b>	<b>–</b>
Contratos de parceria - Mais valia.....	13.767	–	(1.400)	–
Ágio .....	3.776	–	–	–
<b>Combinações de negócios - Unigás .....</b>	<b>17.543</b>	<b>–</b>	<b>(1.400)</b>	<b>–</b>
<b>.....</b>	<b>656.047</b>	<b>17.948</b>	<b>(54.230)</b>	<b>15.608</b>

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

Refere-se principalmente à valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização. A movimentação está demonstrada abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
<b>Saldo inicial.....</b>	<b>43.432</b>	<b>32.693</b>
Constituição.....	223.978	93.483
Apropriação para despesa .....	(220.193)	(82.742)
<b>Saldo final .....</b>	<b>47.217</b>	<b>43.432</b>
Circulante .....	43.117	36.832
Não Circulante.....	4.100	6.600

13. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas antecipadas (i).....	57.339	–	57.401	85.053
Comissão.....	21.261	–	21.261	21.672
Adiantamentos administrativos.....	9.670	–	9.701	4.048
Estoque .....	107	–	3.809	–
Adiantamentos a fornecedores.....	86	–	416	10.506
Dividendos a receber (ii).....	–	12.904	–	–
Outros .....	9.555	–	9.828	6.795
	<b>98.018</b>	<b>12.904</b>	<b>102.416</b>	<b>128.074</b>
Circulante .....	74.908	12.904	79.306	80.627
Não circulante.....	23.110	–	23.110	47.447

(i) Refere-se aos contratos de “upfront” com os parceiros varejistas da controladora CDF S.A. em R\$ 47.567 em 31 de Dezembro de 2025 (R\$ 84.942 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Dividendos a receber da controladora Porto Assistência Participações.



Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower – Torre 1 – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Nota Comercial, empréstimos e financiamentos	183.568	194.419	—	—
Mútuo (i)	—	5.606	—	—
Passivos de arrendamento	735	735	1.356	1.356
<b>Total</b>	<b>184.303</b>	<b>200.760</b>	<b>1.356</b>	<b>1.356</b>
Circulante	84	16.541	222	222
Não circulante	184.219	184.219	1.134	1.134

(i) Vide nota explicativa nº 18.1 e 31.

18.1 FINANCIAMENTO, NOTA COMERCIAL E MÚTUO

	Empresa	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2025
Nota Comercial (i)	Porto	abril de 2027	CDI + 1,053% ao ano	183.568
Financiamento	Unigás	junho de 2026	14,30% ao ano	10.851
Mútuo	Unigás	março de 2026	CDI + 1,25% ao ano	5.606
<b>Total</b>				<b>200.025</b>

(i) Realizada para aquisição da suas ações mantidas em tesouraria, conforme comunicado ao mercado em 01 de abril de 2025. Vide nota nº 22(e).

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos, debêntures e financiamentos	Nota Comercial	Mútuo	Conso-lidado
<b>Saldo em em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.356</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.356</b>
Incorporação	726	—	—	—	726
Aquisição/constituição	—	10.045	179.161	7.000	196.206
Atualização monetária	—	810	—	—	810
Juros	63	—	4.407	631	5.101
Liquidação/reversão	(1.410)	(4)	—	(2.025)	(3.439)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>735</b>	<b>10.851</b>	<b>183.568</b>	<b>5.606</b>	<b>200.760</b>

19. RECEITAS DIFERIDAS - CONSOLIDADO

O saldo refere-se a receitas com contratos com clientes e o diferimento da receita ocorre nos prazos abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
0 a 90 dias	37.496	31.636
91 a 120 dias	9.199	20.837
121 a 360 dias	39.102	23.257
Acima de 360 dias	9.217	14.581
<b>Total</b>	<b>95.014</b>	<b>90.311</b>
Circulante	85.797	76.733
Não circulante	9.217	13.578

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Participação de lucros	64.630	64.630
Provisões de salários e férias	5.686	7.942
Benefícios pós emprego	5.265	5.509
Contas a pagar - Unigás (i)	2.811	2.811
Outros	—	297
<b>Total</b>	<b>78.392</b>	<b>81.189</b>
Circulante	70.315	72.571
Não circulante	8.077	8.618

(i) Refere-se ao valor retido como garantia de eventual pagamento de quaisquer indenizações previstas em contrato de compra e venda, inclusive com relação a contingências, apurado e pago, se aplicável, a partir do terceiro aniversário da aquisição, outubro de 2026.

21. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

21.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	12.890	13.024
Trabalhistas	9.819	10.711
Fiscais	1.928	1.765
<b>Total</b>	<b>24.637</b>	<b>25.500</b>
Depósitos judiciais (i)	(766)	(546)
<b>Provisão líquida</b>	<b>23.871</b>	<b>24.954</b>

(i) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

(b) CÍVEIS

As ações de natureza cíveis referem-se a ações judiciais movidas por clientes ou terceiros contra as empresas do Grupo Porto Seguro para discutir questões envolvendo reparação de danos, cumprimento de obrigações, responsabilidade civil, entre outras. A probabilidade de perda é definida com base no pedido ou tema discutido na ação judicial e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 17 meses.

(c) TRABALHISTAS

As ações de natureza trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários ou prestadores vinculados às empresas ou terceirizados. As demandas discutem pedidos como horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outros. A probabilidade de perda é definida com base no pedido e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 22 meses.

21.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.765</b>	<b>10.711</b>	<b>13.024</b>	<b>25.500</b>
Constituições	—	3.776	1.285	5.061
Atualização monetária	162	58	(646)	(426)
Êxito/reversões	—	(4.419)	(4.763)	(9.182)
Mudança de Estimativa	—	5.333	4.195	9.528
Pagamentos	—	(5.640)	(205)	(5.845)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.927</b>	<b>9.819</b>	<b>12.890</b>	<b>24.636</b>
(-) Depósitos judiciais (i)	(608)	(159)	(766)	(1.533)
<b>Provisão líquida em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.319</b>	<b>9.661</b>	<b>12.890</b>	<b>23.870</b>
Quantidade de processos	2	123	54	179

(i) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

21.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (i) e (ii)	48.731	3.082
Trabalhistas	13.615	12.277
Cíveis	4.695	5.859
<b>Total</b>	<b>67.041</b>	<b>21.218</b>

As principais causas fiscais são:

(i) discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto Despachos Decisórios (PERDCOMP) com risco total estimado de R\$ 1.150;

(ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados, risco total estimado de R\$ 1.127.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 894.279 (R\$ 978.570 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 1.119.101.535 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (978.570.481 em 31 de dezembro de 2024).

As aprovações de aumento e redução de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo:

	Capital Social	Quantidade de Ações
31 de outubro de 2025	46.399	140.531.054
28 de novembro de 2025	(130.690)	—
<b>Total</b>	<b>(84.291)</b>	<b>140.531.054</b>

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 20.653 (R\$ 9.326 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R\$ 110.853 (R\$ 91.134 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de fevereiro 2025, a distribuição de dividendos no valor R\$ 91.500 à conta de reserva estatutária. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Em 31 de outubro de 2025, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos de R\$ 142.090 à conta de lucro do exercício social de 2025.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	226.540	175.263
(-) Reserva legal - 5%	(11.327)	(8.763)
<b>Lucro básico para determinação do dividendo</b>	<b>215.213</b>	<b>166.500</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>53.803</b>	<b>41.625</b>
Dividendos distribuídos	142.090	33.375
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>142.090</b>	<b>75.000</b>
Total por ação (R\$)	0,1418	0,0766
Quantidade de ações	1.001.992	978.570

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES - CONSOLIDADO

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Dezembro de 2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.435</b>
Diferimento do exercício	11.488
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito (i)	(5.443)
<b>Saldo final</b>	<b>10.480</b>
<b>Valor de mercado médio ponderado</b>	<b>43,40</b>

(i) Corresponde a entrega de 183 ações.

	Quantidade
	Dezembro de 2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>87</b>
Diferimento do exercício	238
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(183)
<b>Saldo final</b>	<b>142</b>

(e) RECOMPRA E CANCELAMENTO DE AÇÕES

Em 31 de março de 2025, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 1º de abril de 2025, à época, a controlada Porto Assistência Participações concluiu a aquisição de 6,7% de suas próprias ações para manutenção em tesouraria, pelo montante de R\$ 160.159. Na data da transação, a participação da Companhia na controlada era de 81,6%, resultando em um impacto de R\$ 130.690 no patrimônio líquido da controladora. Posteriormente, em 08 de outubro de 2025, as ações em tesouraria foram canceladas sem alteração no valor do capital social da controlada, à época, tendo como contrapartida o registro em reserva de capital. Em decorrência do cancelamento, a participação da Companhia na controlada passou a ser de 87,44% gerando um impacto na Companhia de R\$ 19.863.

Em 28 de novembro de 2025, no contexto da incorporação da Porto Assistência Participações, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 130.690, sem restituição de valores aos acionistas. A operação teve por finalidade absorver a reserva de capital constituída anteriormente em razão do cancelamento das ações em tesouraria.

23. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Receitas de serviços	438.314	2.562.595
PIS/COFINS	(36.472)	(218.213)
ISS	(4.825)	(29.161)
Cancelamentos	—	(215.418)
Outros impostos	—	(2.281)
<b>Total</b>	<b>397.017</b>	<b>2.312.940</b>

24. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Comissão prestação de serviços	(29.429)	(155.194)
Amortização contratos upfront	(2.960)	(27.816)
Amortização contratos "sign bônus"	(286)	(20.820)
Outros	(983)	(4.442)
<b>Total</b>	<b>(33.658)</b>	<b>(208.272)</b>

25. DESPESA ADMINISTRATIVA

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Pessoal	(14.996)	(86.271)
Despesas compartilhadas	(13.614)	(92.465)
Participação nos lucros	(14.291)	(67.473)
Serviços de terceiros	(3.792)	(23.870)
Localização e funcionamento	(2.295)	(17.178)
Publicidade	(137)	(306)
Outras	(1.260)	(12.738)
<b>Total</b>	<b>(50.385)</b>	<b>(300.301)</b>

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Porto Socorro	(212.473)	(1.222.140)
Porto Faz	(13.323)	(77.567)
Custo com pessoal	(3.022)	(28.474)
Custo de mercadorias vendidas	—	(8.309)
Ecopistas	(1.574)	(9.764)
Outros	(5.726)	(49.506)
<b>Total</b>	<b>(236.118)</b>	<b>(1.395.760)</b>

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Amortização intangível	(31.672)	(32.525)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	191	(872)
Outros	3.639	(776)
<b>Total</b>	<b>(27.842)</b>	<b>(34.885)</b>

28. RECEITA FINANCEIRA

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Rendimento aplicações financeiras	10.280	5.334
Atualização monetária depósitos judiciais	15	—
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	—	(248)
Outros	2.163	—
<b>Total</b>	<b>12.458</b>	<b>5.086</b>

29. DESPESA FINANCEIRA

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Juros sobre empréstimos bancários	(4.479)	—
Desvalorização de Aplicações Financeiras	(3.582)	(4.185)
Atualização monetária contingências	(275)	(4.024)
Juros sobre empréstimos mútuo	—	(631)
Atualização monetária de provisão para tributos a longo prazo	(626)	(626)
Juros sobre passivo de arrendamento	(66)	(147)
Despesas IOF	—	(33)
Outros	(807)	(1.421)
<b>Total</b>	<b>(9.835)</b>	<b>(32.602)</b>

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

30.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram no Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 160 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R\$ 613 em 31 de dezembro de 2025.

30.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.476	1.704
Ganho atuarial sobre a obrigação	430	(148)
Custo de juros	399	166
Custo dos benefícios	145	99
Benefícios pagos	(292)	(48)
Outros	352	2.702
<b>Saldo final do passivo</b>	<b>5.510</b>	<b>4.475</b>

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62 %	7,74 %
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00 %
Inflação econômica (a.a.)	4,17 %	4,10 %
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00 %
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17 %	4,10 %

31. PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower – Torre 1 – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Receitas	
	Dezembro	Dezembro
	de 2025	de 2024
<b>Controladas diretas e indiretas</b>		
Porto Cia.....	1.621.742	1.314.759
Azul Seguros.....	323.593	435.681
Itaú Auto e Residência .....	2.730	17.094
Porto Capitalização .....	763	643
Portoseg.....	769	622
Mobitech/Porto Serviço Negócios S.A. (i).....	474	3.716
Porto Vida e Previdência .....	6	–
Porto Consórcio.....	–	10
Porto S.A. ....	–	1
	<b>1.950.161</b>	<b>1.772.526</b>

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

	Despesas	
	Dezembro	Dezembro
	de 2025	de 2024
<b>Controladas diretas e indiretas</b>		
Porto Atendimento.....	(110.562)	(82.535)
Porto Cia.....	(114.675)	(104.849)
Porto S.A. ....	(19.204)	(2.409)
Portomed.....	(8.166)	–
Porto Saúde.....	(6.175)	(5.232)
Portoseg.....	(4.052)	(2.315)
Porto Serviços e Comércio.....	(824)	(447)
Porto Seguro Gestora de Recursos .....	(277)	(554)
Porto Capitalização .....	(20)	–
Porto Asset Management.....	–	(50)
	<b>(263.955)</b>	<b>(198.391)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 14.160 e R\$ 165.000 no passivo da Porto Assistência Participações S.A., incorporada pela Controladora, e no resultado da Porto Serviços o montante de R\$ 4.407, referentes a emissão de Nota Comercial simples, em Série Única, para Colocação Privada, através da Porto Seguro Consolidador FIF Multimercado CP RL, onde a Porto Seguro S.A. é cotista exclusiva, vide nota nº 14.1.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>PAULO SÉRGIO KAKINOFF</b> Presidente do Conselho de Administração	<b>LENE ARAÚJO DE LIMA</b> Conselheiro	<b>MATTEUS MARCHIORI</b> Conselheiro
<b>BRUNO CAMPOS GARFINKEL</b> Vice-Presidente do Conselho de Administração	<b>CELSO DAMADI</b> Conselheiro	<b>PATRÍCIA MARIA MURATORIA CALFAT</b> Conselheira
<b>DIRETORIA</b>		
<b>LENE ARAÚJO DE LIMA</b> Diretor Presidente	<b>MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA</b> Diretor Executivo	<b>DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA</b> Diretor Executivo de Relações com Investidores
<b>CELSO DAMADI</b> Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	<b>RAFAEL VENEZIANI KOZMA</b> Diretor de Controladoria	<b>ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES</b> Diretora Executiva Jurídica
<b>EMÍLIO BENTANCOURT</b> Diretor Executivo de Riscos e Governança		
<b>TOMAS TRABULSI</b> Diretor Comercial		
<b>DANIELE GOMES YOSHIDA</b> - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da

**Porto Serviço S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Serviço S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária - Incorporação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem sobre incorporação de suas controladas Porto Assistência Participações S.A. e CDF Assistência e Suporte Digital S.A. em 31 de outubro de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reconhecimento de receitas de prestação de serviços

Conforme Notas Explicativas nº 1, 3.3, 3.9, 10 e 23 às demonstrações financeiras, a Companhia registra receita de prestação de serviço de assistência e outros serviços tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados no exercício.

Este processo envolve julgamento na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e, portanto, quando a receita deve ser reconhecida. Por essa razão e por sua relevância no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de prestação de serviço, dos processos de faturamento e contas a receber. Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita, avaliando sua existência por meio de análise da documentação-suporte, como contratos, faturas e documentos de prestação de serviços. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referentes aos faturamentos realizados próximos da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita).

Nosso trabalho incluiu a análise da documentação-suporte principalmente quanto à prestação de serviços. Avaliamos também procedimentos analíticos para identificar variações significativas, tendência dos saldos e análises de exceções se encontradas. Os resultados dos nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de prestação de serviços foram consistentes com a avaliação da Companhia e considerados na formação da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

31.1 TRANSAÇÃO COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	Dezembro	Dezembro
	de 2025	de 2025
Participação nos lucros - administradores.....	(9.715)	(41.992)
Honorários e encargos .....	(1.085)	(1.085)
	<b>(10.800)</b>	<b>(43.077)</b>

32. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro	Dezembro
	de 2025	de 2024
	de 2025	de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	226.540	175.263
Média ponderada do número de ações durante o exercício.....	1.001.992	978.570
Resultado por ação básico e diluído .....	0,2261	0,1791

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam os executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026



**Shape the future with confidence**

**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S/S Ltda.**  
CRC-SP034519/O  
**Diana Yukie Naki dos Santos**  
Contadora - CRC-SP300514/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>